



20944351



08011.000140/2022-84

Boletim de Serviço em 29/11/2022

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****RESOLUÇÃO CGE Nº 24, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022**

**O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e pelo parágrafo único do art. 2º, do Anexo I, da Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, e com base no art. 2º e art. 7º, do Anexo X, da referida Portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a revisão dos indicadores, metas e projetos estratégicos e da cadeia de valor do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO RAMIREZ LORENZO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 28/11/2022, às 11:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **20944351** e o código CRC **DF79DC57**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I - Indicadores e metas estratégicos ([20580464](#));

ANEXO II - Carteira de projetos estratégicos ([20580540](#)); e

ANEXO III - Cadeia de Valor MJSP ([20667186](#)).

Referência: Processo nº 08011.000140/2022-84

SEI nº 20944351

Criado por [laenya.vieira](#), versão 4 por [luana.magalhaes](#) em 25/11/2022 15:09:09.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal	27.285 operações até 2023 2020: 4.484 2021: 13.685 2022: 20.485 2023: 27.285	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal relativo à quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas no período sob apuração.
		PRF	Operações de combate à criminalidade	12.563 operações até 2023 2020: 465 2021: 5.602 2022: 8.897 2023: 12.563	Medir e acompanhar o esforço de atuação da Polícia Rodoviária Federal em relação à quantidade de operações de enfrentamento à criminalidade através das ações de policiamento e de inteligência.
			Taxa de acidentes graves em rodovias federais	147,88 até 2023 2020: 166,90 2021: 158,56 2022: 156,10 2023: 147,88	Monitorar a quantidade total de acidentes graves em rodovias federais em relação à frota nacional.
			Taxa de mortalidade em rodovias federais	44,13 até 2023 2022: 46,58 2023: 44,13	Apurar a efetividade das ações da Polícia Rodoviária Federal para reduzir os homicídios em acidentes de trânsito, considerando os dados de mortes no trânsito e evolução da frota de veículos.
		SENASP	Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos	65.000 condenados cadastrados, por ano, até 2023	Mensurar o cumprimento da legislação em relação ao DNA dos condenados por crimes violentos.
			Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	60 municípios até 2023 2020: 5 2021: 25 2022: 45 2023: 60	Avaliar a abrangência da implantação da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SENASP	Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	100% até 2023	Avaliar a integração das Unidades da Federação ao SINAB.
		SEOPI	Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas	110 operações integradas até 2023 2020: 20 2021: 40 2022: 75 2023: 110	Mensurar a quantidade e a efetividade da unidade ao realizar sua atividade precípua em planejar e coordenar operações integradas de segurança pública.
			Quantidade de ações policiais apoiadas	920 ações policiais apoiadas até 2023 2020: 20 2021: 250 2022: 300 2023: 350	Mensurar a quantidade e a efetividade da unidade ao realizar atividade de apoio em operações de segurança pública.
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Processos de naturalização decididos	56,8% de processos de naturalização decididos até 2023 2020: 47% 2021: 51,7% 2022: 56,8% 2023: 56,8%	Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e à decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência.
			Percentual de obras analisadas	100% de obras analisadas, por ano, até 2023	Acompanhar o percentual de obras analisadas consideradas como documentação e material completos.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas	Decidir 88% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento até 2023 2020: 83% 2021: 85% 2022: 88% 2023: 88%	Medir a quantidade de solicitações de autorização de residência decididas.
			Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	Decidir 145.000 processos até 2023 2020: 30.000 2021: 80.000 2022: 125.000 2023: 145.000	Mensurar quantos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado estão sendo finalizados, ou seja, quantos pedidos estão recebendo uma resposta do Estado. É uma importante forma de mensurar a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE e de fornecer insumos sobre como diminuir o grande estoque de processos que aguardam decisão.
			Tempo médio de decisões de processos de naturalização	Decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização	Garantir razoável duração do pedido de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho	2 normas técnicas publicadas, por ano, até 2023	Normatizar os equipamentos de segurança prioritários.
		SEOPI	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados	Implantar 2 centros regionais até 2023	Acompanhar a implantação de estruturas integradas de inteligência de segurança pública em âmbito regional.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SEOPI	Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública	Integrar 100% das AISPs do país à Rede até 2023	Avaliar o alcance dos seguintes objetivos legais e institucionais: fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes (Art. 6º, I da Lei nº 13.675/2018); promover a integração das atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distrital que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Art. 29, III, D. 9.662/2019); promover um sistema de trabalho colaborativo interagências de inteligência, a fim de viabilizar a produção de conhecimento conjunto e o compartilhamento de inteligência de forma sistematizada (Política Integrada de Inteligência - Eixo Fortalecimento das Agências de Inteligência - Carteira Simplificada de Políticas Públicas/MJSP).
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária	12 operações até 2023 2020: 3 2021: 6 2022: 9 2023: 12	Atuar em apoio às Unidades Federativas em situações, iminentes ou extraordinárias, de grave crise no sistema penitenciário, para preservação da ordem pública, da integridade física das pessoas e do patrimônio público.
			Participação das pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais	130 mil participações das pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais até 2023 2020: 110 mil 2021: 115 mil 2022: 120 mil 2023: 130 mil	Mensurar a oferta educacional com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Proporção de pessoas privadas de liberdade em educação formal	14% das pessoas privadas de liberdade em educação formal até 2023 2022: 13% 2023: 14%	Mensurar a proporção de pessoas privadas de liberdade em educação formal, com o objetivo de elevar a escolaridade, promover a autoconfiança e ampliar as possibilidades de qualificação profissional para o retorno à sociedade.
			Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais	275 mil pessoas em atividades laborais até 2023 2020: 170 mil 2021: 205 mil 2022: 240 mil 2023: 275 mil	Mensurar a oferta de vagas e postos de trabalho das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
			Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais	500 mil pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais até 2023 2020: 55.000 2021: 193.500 2022: 392.000 2023: 500.000	Aumentar a capacidade de atendimento a decisões judiciais de alternativas penais, fomentando a implantação de centrais integradas de alternativas penais para a ampliação do atendimento e do acompanhamento de pessoas submetidas a formas de responsabilização diversas da privação da liberdade.
			Geração de vagas prisionais	100 mil vagas prisionais geradas até 2023 2020: 25 mil 2021: 25 mil 2022: 25 mil 2023: 25 mil	Ampliar o número de vagas no sistema prisional.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
5	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	SENAD	Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	55% de ativos destinados até 2023 2020: 33% 2021: 40% 2022: 48% 2023: 55%	Acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, com objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Quantidade de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	20.000 ativos destinados até 2023 2020: 4.000 2021: 4.800 2022: 5.400 2023: 5.800	Acompanhar a evolução de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, de forma a contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Receita da gestão de ativos	2020: R\$ 200 milhões 2021: R\$ 250 milhões 2022: R\$ 350 milhões 2023: R\$ 350 milhões	Apresentar a visão global da evolução dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, bem como a evolução das receitas recolhidas a outras contas, decorrentes da gestão de ativos promovida pela SENAD.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Prazo médio de Ato de Concentração Sumário no Cade	Manter abaixo de 20 dias até 2023	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados pela Resolução Cade nº 2/2012.
			Percentual de processos de condutas anticompetitivas com mais de 60 meses no Cade	Manter abaixo de 10% até 2023	Aferir o aumento da celeridade das investigações de infrações contra a ordem econômica.
			Percentual de análise de processos de atos de concentração	98,30% até 2023	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade com relação ao controle de concentrações econômicas.
		SENACON	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br, por ano, até 2023	Identificar o percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br.
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Número de ações de educação e de formação comunitária apoiadas	12 ações apoiadas, por ano, até 2023	Mensurar a quantidade de ações formativas comunitárias, de revitalização linguística, de elaboração de PPPs, intercâmbios, oficinas, assembleias, eventos, possibilitando acesso à educação diferenciada, ao conhecimento dos instrumentos legais relativos aos povos indígenas, à qualificação da participação indígena nos espaços de diálogo e de governança e ao favorecimento da transmissão de conhecimentos e técnicas tradicionais dos povos indígenas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Número de expedições realizadas	Realizar 5 expedições de localização e de monitoramento, por ano, até 2023	Mensurar o número de expedições de localização e de monitoramento de povos indígenas isolados realizadas no período.
			Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento	Atender 20% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento até 2023 2020: 10% 2021: 15% 2022: 18% 2023: 20%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à promoção ao etnodesenvolvimento em seus territórios.
			Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais	Atender 5% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais até 2023 2020: 1% 2021: 2% 2022: 4% 2023: 5%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais em seus territórios.
			Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial	Atender 35% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial até 2023 2020: 15% 2021: 20% 2022: 27% 2023: 35%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à proteção territorial.
			Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais	Atender 30% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais até 2023 2020: 25% 2021: 27% 2022: 28% 2023: 30%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados aos direitos sociais.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato	Atender 5% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato até 2023 2020: 2% 2021: 3% 2022: 4% 2023: 5%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados aos povos indígenas isolados e de recente contato.
			Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania	Atender 5% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania até 2023 2020: 2% 2021: 3% 2022: 4% 2023: 5%	Expandir o número de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania.
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	Documentos acessados do acervo	9.482.275 documentos acessados até 2023 2020: 2.200.000 2021: 2.310.000 2022: 2.425.500 2023: 2.546.775	Subsidiar o planejamento das ações de tratamento técnico e reformatação dos documentos.
			Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo	100% de usuários atendidos, por ano, até 2023	Mensurar o percentual de usuários atendidos, com vistas a adequar os serviços prestados à demanda de atendimento.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	Acessos às bases de dados sobre o acervo	43.677.500 de acessos às bases de dados até 2023 2020: 10.000.000 2021: 10.500.000 2022: 11.550.000 2023: 11.627.500	Avaliar a eficiência dos instrumentos eletrônicos de pesquisa para aperfeiçoar a recuperação de informações do acervo sob guarda da instituição.
			Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovados	65% de órgãos e entidades do SIGA com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovados até 2023 2020: 37,5% 2021: 45% 2022: 55% 2023: 65%	Monitorar a quantidade de órgãos e entidades no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SIGA com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovados, subsidiando a revisão e a proposição de ações e diretrizes do Arquivo Nacional como órgão central do SIGA, tais como orientação técnica e capacitação.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN SENACON SENAJUS SEGEN DEPEN PF CADE	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	806.824 vagas preenchidas até 2023 AN: 6.600 SENACON: 129.500 SENAJUS: 15.000 SEGEN: 550.000 DEPEN: 20.000 PF: 82.764 CADE: 2.960	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	Percentual de desenvolvimento de competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	Desenvolver, por ano, 90% das competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas até 2023	Monitorar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Percentual de recomendações do Plano de Providências Permanente monitoradas	Monitorar 100% do cumprimento da execução do Plano de Providências Permanente	Acompanhar a implementação tempestiva das recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União - CGU registradas no Sistema Monitor.
			Percentual de medidas de tratamento de riscos dos processos estratégicos monitoradas	Monitorar 100% das medidas de tratamento de riscos dos processos estratégicos	Acompanhar a execução do Plano de Implementação de Controle de riscos, relacionados aos processos estratégicos do MJSP.
			Percentual de medidas de tratamento de riscos de integridade monitoradas	Monitorar 100% das medidas de tratamento de riscos de integridade	Acompanhar as providências dos mecanismos de controle indicadas pelas Unidades do MJSP após a aprovação do Comitê de Governança Estratégica - CGE.
			Índice de processos estratégicos com tratamento de risco estabelecido	100% dos processos estratégicos com tratamento de risco estabelecido	Monitorar a definição da estratégia de tratamento de riscos dos processos estratégicos para os quais o gerenciamento de risco é obrigatório.
			Índice de atendimento total das medidas de tratamento indicadas no Programa de Integridade	100% de atendimento total das medidas de tratamento indicadas no Programa de Integridade	Acompanhar e monitorar a implementação das medidas mitigadoras dos riscos de integridade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	SE	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais	80%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
			Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios	171 dias úteis até 2023 2021: 190 2022: 180 2023: 171	Monitorar o tempo médio de conclusão dos processos licitatórios unificados, considerando todas as unidades licitantes do MJSP.
			Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura	70%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	SE	Percentual de disponibilidade dos serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	99% anual	Avaliar se os serviços de TIC considerados estratégicos estão em operação conforme acordado, quais sejam: 1) E-mail; 2) SEI; 3) mj.gov.br; 4) Rede Local; e 5) Acesso à Internet.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	1R	Brasil M.A.I.S.	Melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, por meio de geotecnologia aplicada (Meio Ambiente Integrado e Seguro com o módulo "Monitoramento e consciência situacional por sensoriamento remoto"). A eficácia em outras esferas será obtida por meio de cooperação técnica entre a Polícia Federal e os órgãos competentes que intermediarão com estados e/ou municípios.
			1K	ABIS - Nacional	Implementar uma solução de abrangência nacional com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e a padronização das informações criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação de autoria dos delitos, contribuindo para a redução do alto índice de criminalidade violenta.
			1M	Prometheus	Modificar o procedimento preliminar à instauração de inquérito policial, prevendo a adoção do princípio da racionalidade, por meio da análise das ocorrências criminais para que seja possível deliberar, em profundidade, sobre a viabilidade, a oportunidade e a necessidade de instauração de inquérito policial, tendo como base parâmetros estabelecidos institucionalmente que foram fruto de entendimentos da Polícia Federal, do Ministério Público Federal - MPF e de órgãos parceiros interinstitucionais.
			2A	Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos	Promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso; a adequada investigação e recuperação de ativos; a adoção de uma iniciativa estruturada e sistematizada no âmbito da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado com o fito de garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessárias para a condução de investigações sobre o tema, paralelamente à condução de estudos que agreguem à atividade policial.

\* O código refere-se à terceira e à quarta posições que definem o enquadramento da despesa em relação aos projetos estratégicos, conforme estabelecido na Portaria de Plano Interno. Utilizar o código 99 quando a despesa não for relacionada a um projeto estratégico.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	2B	Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF	<p>Implementar o Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras, com o objetivo de desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico a partir da elaboração de protocolos de coleta e padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses. O produto a ser entregue será o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística. O desenvolvimento da técnica de isótopos forenses no contexto pericial terá o foco primário de trazer agilidade e eficiência na resolução de exames periciais complexos, além de fornecer dados científicos estratégicos a operações de investigação. E, ainda, contribuirá para o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos e difusão de conhecimento entre órgãos policiais no Brasil, promovendo a consolidação de importantes parcerias entre a Polícia Federal e outras instituições de segurança pública, de fiscalização e de pesquisa.</p>
			2C	Programa Ouro Alvo - POA	<p>Desenvolver métodos de exames periciais para aprofundar e sistematizar o conhecimento técnico-científico sobre o ouro irregular apreendido em operações pela polícia judiciária, fruto de usuração, trabalho escravo, crimes ambientais e objeto de lavagem de dinheiro, com casuística crescente nos últimos anos, visando fornecer subsídios na orientação proativa às equipes de investigação da Polícia Federal que atuam no combate às ilicitudes na cadeia do ouro ilegal em todo o território nacional, com ênfase nas regiões fronteiriças e Amazônica. Além disso, visa formar base de conhecimento criminalístico sobre a natureza do ouro e aperfeiçoar metodologias para sustentação da materialidade probatória de crimes envolvendo esse metal.</p>

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	2D	BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais	<p>Combater os crimes transnacionais digitais garantindo a preservação da evidência digital, com especial atenção em pedofilia, pessoas desaparecidas, crimes financeiros digitais, crimes ambientais e de engenharia. Atualmente uma grande parcela dos crimes utilizam os meios digitais para se concretizarem. Nesses meios trafegam e ficam registradas as evidências digitais que serão indispensáveis para a condenação do criminoso. Novas ferramentas periciais são essenciais para encontrar, preservar e automatizar a análise desses vestígios, em especial quando se trata de grandes volumes de dados e de proteções criptografadas a eles impostas. O Projeto BRASIL P.A.T.R.I.A DIGITAL vem agregar valor a essas análises contribuindo de forma contundente para o desenvolvimento de ferramentas robustas e capazes de trabalhar a evidência digital de forma a preservá-la, e ao mesmo tempo entregando resultados úteis para a investigação. Essa implementação muda a realidade das perícias no Brasil, agregando valor, método e conhecimento científico às análises, padronizando e normatizando o espalhado conhecimento de análise de evidências digitais, tendo o MJSP como ponto nevrálgico dessa mudança.</p>
		PRF	2E	Multiagência	<p>Compartilhar sistemas em forma de serviço (<i>Software as a Service - SaaS</i>) para auxiliar instituições a registrar e acompanhar suas ocorrências, bem como integrar, estruturar, analisar e disponibilizar dados de forma rápida e segura para os diversos atores do programa.</p>

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PRF	13	Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV	Implementar o novo modelo de gestão da Segurança Viária, baseado no Plano de Ação da Década da ONU e no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS, que visa ao direcionamento das atividades de policiamento e às ações de integração e cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais.
		SE	81	Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública	Criar, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um ambiente contido no segmento tecnológico <i>Big Data Analytics</i> , com a disponibilização de plataforma para análise, curadoria, descoberta, mineração e integração de grande volume de dados, que possa atender todo o Ministério e órgãos que o integram, bem como as forças de segurança estaduais e municipais.
		SENAJUS	75	Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB	Fortalecer a Rede-Lab mediante disponibilização de tecnologias, banco de dados e qualificação adequadas, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.
		SENASP	92	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	Identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em lei; examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados; promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados; e criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e da cadeia de custódia dos vestígios analisados.
93	Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB		Aumentar o indicativo de autoria nos exames de comparação balística, por meio da implantação de sistemas automatizados de análise balística e da criação do banco nacional de perfis balísticos.		

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SEOPI	88	Sistema Inteligente de Consciência Situacional - Guardião do Brasil	Implantar sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão em âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e a finalidade.
			91	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO - Guardião do Brasil	Apoiar órgãos de segurança pública no enfrentamento às organizações criminosas, a partir da melhoria nos processos de produção de conhecimento, de capacitação de profissionais na área de inteligência, de uma base de dados, da criação e disponibilização de um canal de informação seguro/criptografado (Rede Cronos), da extração e análise de dados de dispositivos móveis, bem como de ações integradas entre a Diretoria de Inteligência/SEOPI e outros órgãos.
			89	Guardiões das Fronteiras - Guardião do Brasil	Fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas fronteiras terrestres e fluviais, bem como nas divisas, por meio da implantação de ações integradas de produção e difusão de conhecimento, assim como de operações, com foco na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no enfrentamento às organizações e associações criminosas, promovendo o aumento da presença do Estado nas regiões de fronteiras e divisas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	73	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE	Implementar sistema por meio do qual serão tramitadas todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SEGEN	1U	ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública	Estruturar o Programa de Compras na área de segurança pública para o desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
			2I	Aparelhamento e modernização de unidades de ensino em segurança pública	Modernizar e estruturar o ensino em segurança pública das unidades federativas, tendo como público-alvo os profissionais das Polícias Militares, Polícias Cíveis e Corpos de Bombeiros Militares.
		SENASP	94	Pró-Segurança	Estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. Esses padrões estarão estabelecidos em normas técnicas que subsidiarão as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Esse trabalho irá: fortalecer a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública; reduzir a burocracia nas aquisições públicas; e fomentar a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	96	Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida	Estruturar o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.
		SEOPI	90	Rede de Centros Integrados de Inteligência - Guardião do Brasil	Viabilizar a produção qualificada e oportuna de conhecimento acerca do crime organizado, possibilitando assessoramento eficiente aos órgãos de segurança pública e aos tomadores de decisão.
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	98	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN	Aparelhar, integrar e fortalecer os órgãos de Inteligência Penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando a ampliação e o aprimoramento da rede atualmente existente, de maneira a propiciar a efetiva interação entre os órgãos no âmbito de todo o território nacional, proporcionando, por conseguinte, a ampliação das fontes de informações. O escopo do projeto visa aprimorar a coleta, a manutenção e o intercâmbio de informações e de dados cadastrais de presos e visitantes, em todas as Unidades Federativas, notadamente em relação a agências de inteligência penitenciária, de modo a possibilitar a utilização oportuna dos dados para proteção de agentes do Estado e combate ao crime organizado; estabelecer a Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária e como pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária, incluindo-o como membro do SISBIN; e designar verba específica do Fundo Penitenciário - FUNPEN à Inteligência Penitenciária, no intuito de padronizar protocolos e procedimentos da atividade, com ênfase na qualificação, na capacitação continuada e no apoio para equipamentos e tecnologias aptas ao melhor desempenho das atividades de inteligência penitenciária.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	1B	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	Diminuir a lotação de unidades prisionais; aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e o acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas com o recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias; e criar vagas por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.
			1C	Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do <i>Building Information Modeling - BIM</i>	Desenvolver projetos padronizados de engenharia e arquitetura prisional de cadeia pública, de penitenciária de segurança média, de penitenciária de segurança máxima, de colônia agrícola, de centro de observatório criminológico e de casa do albergado, a serem disponibilizados para os Estados.
			1D	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN	Implantar o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), em todas as unidades prisionais do sistema brasileiro, bem como o acompanhamento de execução de penas, de prisão cautelar e de medida de segurança, visando ao mapeamento da realidade prisional, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.
			1F	Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional	Fortalecer os processos de inserção laboral, de obtenção de renda e de qualificação profissional para pessoas privadas de liberdade, por meio do incentivo ao trabalho remunerado, com o uso do Fundo Rotativo Estadual, de modo a reverter parte dos lucros para custeio do preso.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
5	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	SENAD	10	Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE	Instituir, em caráter piloto, um Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas e fortalecimento da cooperação regional para a redução da oferta de drogas no Brasil.
			1P	Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2022	Aprimorar o modelo e a metodologia de alienação de bens móveis e imóveis, baseado na criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, no apoio de comissões de alienação, na avaliação dos ativos, na contratação e fiscalização de leiloeiros em todas as unidades da federação e, por fim, no aprimoramento do sistema próprio de gestão e destinação de ativos.
			2F	Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD	Articular, aprovar, monitorar e avaliar um plano nacional que visa coordenar os esforços governamentais para o enfrentamento da questão das drogas no País, de modo a apoiar a Política Nacional sobre Drogas - PNAD, regulamentada pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, refletindo as escolhas estratégicas e táticas realizadas pelos governos e órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, o que resultará na promoção das mudanças desejadas pela sociedade quanto a esse tema.
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	2G	Formulário digital de notificações de Atos de Concentração - AC	Criar formulário eletrônico de notificação de Atos de Concentração, que aprimora o procedimento de notificação desses atos, facilita a organização e o uso das informações prestadas pelas partes no processo e propicia a integração de informações entre os diferentes processos.
		SENACON	17	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização	Reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos.
			50	Disponibilização do sistema Recall.gov.br	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de <i>recall</i> (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	1N	Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/FUNAI	Estabelecer rede de órgãos e de instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do Centro de Monitoramento Remoto - CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema. O CMR foi desenvolvido para possibilitar o acompanhamento diário de ocorrências como desmatamento, degradação, mudança de uso e de ocupação do solo nas terras indígenas. As informações geradas a partir de imagens captadas pelo satélite Landsat-8 são subsídios indispensáveis para o planejamento de ações de proteção territorial e ambiental.
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	43	Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SIGA	Fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos e arquivos da Administração Pública Federal. O projeto prevê a construção de estratégias de longo prazo para a gestão de documentos e arquivos na administração pública federal, por meio da elaboração de cenários prospectivos; a reestruturação de sistema de governança do SIGA; a instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da APF - PGDeArq; a implementação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - PROGED; e o desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o SIGA, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD. Busca-se, com o projeto, aperfeiçoar a prestação de serviços aos órgãos e às entidades do SIGA pelo Arquivo Nacional e ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	1	Fortalecimento do Arquivo Nacional digital	Fortalecer o Arquivo Nacional, como entidade custodiadora nacional, e o seu protagonismo no recolhimento, custódia e preservação da documentação digital, especialmente quanto à documentação permanente da Administração Pública Federal. Visa também consolidar os normativos e as orientações técnicas de gestão de documentos e arquivos, além da infraestrutura organizacional e tecnológica do Arquivo Nacional, otimizando o recolhimento, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos, em formato digital, sob custódia do órgão.
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	64	Gestão por competências	Realizar o mapeamento das competências organizacionais, gerenciais e técnicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como inventariar as competências individuais dos servidores do Ministério para disponibilização de relatórios gerenciais que possam subsidiar outros subsistemas de gestão de pessoas, como desenvolvimento, lotação e movimentação de servidores, processos de seleção, gestão de vagas e banco de talentos, por meio de ferramenta sistematizada desenvolvida pelo próprio Órgão.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	PF	1I	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Desenvolver e implantar um sistema de inquérito eletrônico de âmbito nacional que esteja apto a se integrar com os sistemas do Poder Judiciário, do Ministério Público e de outros órgãos parceiros.
		SE	1X	Segurança da informação e privacidade	Atuar como parceiro tecnológico para inovação, integração e execução de políticas públicas com as áreas de negócio, entregando sistemas, dados e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC de forma segura.
		SE	2H	Identifica Brasil	Desenvolver plataforma de armazenamento, consulta e validação dos dados provenientes da emissão da Carteira Nacional de Identidade, interligando e possibilitando a consulta em base única dos dados distribuídos pelos Estados brasileiros.

# CADEIA DE VALOR – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

## Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

### GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCLCA  
PF / SENAJUS / SENASP

Gerir a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro  
SENAJUS



Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

## Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

### COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE INTEGRAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

- Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública (DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI)
- Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública (SENASP / SEGEN)
- Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública (PRF / PF / SEOPI / SEGEN)
- Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública (SENASP / SEGEN)
- Gerir inteligência do Sistema Penitenciário (DEPEN)
- Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública (SENASP)
- Gerir bancos de dados biométricos afetos à segurança pública (PF / SENASP)
- Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública (DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI)
- Gerir estabelecimentos penais federais (DEPEN)
- Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional (DEPEN)
- Produzir informações integradas em segurança pública (DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI / SEGEN)

### GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS

- Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública (DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI / SEGEN)
- Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública (SENASP / SEGEN)
- Promover capacitações em segurança pública (PRF / PF / SEGEN)
- Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária (DEPEN / PRF / PF / SENASP / SEOPI / SEGEN)

### ACREDITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AFETAS À SEGURANÇA PÚBLICA

- Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido (PF)
- Credenciar empresas de segurança de trânsito (PRF)
- Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos (PF)
- Controlar a execução das atividades de segurança privada (PF)

### CONTROLE MIGRATÓRIO E POLÍCIA AEROPORTUÁRIA, MARÍTIMA E DE FRONTEIRAS

- Controlar o fluxo migratório internacional
- Realizar atividades de Polícia Marítima, Aeroportuárias e de Fronteiras (PF)

### GESTÃO DE SEGURANÇA VIÁRIA

- Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais
- Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais
- Fiscalizar o trânsito em rodovias federais
- Promover educação para o trânsito (PRF)

### COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

- Realizar monitoramento e avaliação da execução do PNSPDS (GM / SE / AECI)



Proteção e Segurança da Sociedade

### GESTÃO DE INVESTIGAÇÕES E OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

- Gerir Investigações Criminais (PF)
- Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais (PF / PRF)
- Gerir operações da Força Nacional (SENASP)
- Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades (PF / PRF)
- Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais (PRF)
- Prover Proteção a Testemunhas e Réus Colaboradores (PF)
- Realizar Identificação Criminal (PF)
- Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União (PRF)
- Gerir Atividades Criminalísticas (PF)
- Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal (PF)

## Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão

### GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO PRISIONAL

- Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão
- Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais
- Fortalecer a rede de controle e participação social na execução penal
- Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais
- Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais (DEPEN)

### GARANTIA DOS DIREITOS DOS MIGRANTES E REFUGIADOS

- Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado
- Produzir conhecimento na temática migratória
- Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes
- Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de autorizações de residência
- Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apatridia
- Decidir sobre processos de expulsão (SENAJUS)



Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

### PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

- Promover a gestão territorial e ambiental em terras indígenas
- Promover os direitos sociais, culturais e de cidadania dos povos indígenas
- Promover a proteção territorial e dos povos indígenas isolados
- Promover a demarcação e regularização fundiária de terras indígenas
- Preservar e promover os bens culturais dos povos indígenas (FUNAI)

### ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

- Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SENAJUS)

### GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Fiscalizar a adoção internacional de crianças e adolescentes (PF)
- Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais (SENAJUS)

### PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CIDADÃO

- Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos (CFDD)
- Articular políticas de modernização, aprimoramento e acesso ao sistema de Justiça (SENAJUS)
- Promover estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça (SENAJUS)
- Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos (SENAJUS)
- Qualificar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Estrangeiras (OE) (SENAJUS)



Gestão efetiva e eficiente de recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas

## Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas

### GESTÃO DE ATIVOS E EFETIVAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

- Gerir ativos
- Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos (SENAJUS)

### GESTÃO E ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

- Articular a Política sobre Drogas
- Fomentar a Política sobre Drogas (SENAJUS)

## Defesa da Concorrência e do Consumidor

### PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA

- Controlar concentrações de mercado
- Disseminar a cultura da concorrência
- Combater cartéis e abuso de posição dominante
- Promover a Cooperação Governamental Internacional para o Controle de Concentrações e Combate a Condutas Anticompetitivas
- Gerir ações de garantia da efetividade das decisões do CADE (CADE)

### DEFESA DO CONSUMIDOR

- Gerir a Política Nacional das Relações de Consumo
- Coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
- Fiscalizar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e aplicar sanções em âmbito nacional
- Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo
- Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor (SENAJUS)



Defesa da concorrência e do consumidor

## Preservação da Memória Nacional

### PROMOÇÃO DO ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL

- Gerir o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA (AN)
- Preservar o patrimônio documental nacional (AN)
- Gerir a Política Nacional de Arquivos (AN)
- Preservar o patrimônio documental e bibliográfico relativo às sociedades indígenas e à política indigenista (FUNAI)



Acesso à informação

## Cooperação Governamental e Intersetorial

### ARTICULAÇÃO ENTRE PODERES

- Instruir e opinar sobre processos de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação para fins de interesse público (SENAJUS)
- Qualificar a elaboração normativa, em articulação com atores do Poder Público e da sociedade (AEAL / DEPEN / PF / PRF / SENACON / SENAD / SENAJUS / SENASP / SEOPI / SEGEN)
- Instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância relacionados a membros do Poder Judiciário (SENAJUS)
- Analisar atos para sanção ou veto presidencial (AEAL)

### ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

- Gerir a cooperação jurídica internacional (SENAJUS / CADE / AN / PF)
- Conduzir negociações de acordos e consultas bilaterais e multilaterais (SENAJUS)



Participação e suporte à tomada de decisão do Governo Federal

## Governança, Gestão e Suporte

### GESTÃO E CONTROLE INSTITUCIONAL

- Gerir estratégia (SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI)
- Prover consultoria jurídica (CONJUR / CADE / FUNAI / AN)
- Prestar contas da gestão (GM / SE / CONJUR / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN)
- Gerir estrutura organizacional (GM / SE)
- Gerir processos organizacionais (SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI)
- Gerir portfólio de programas e projetos (SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI)
- Realizar atos de correição (COGER / FUNAI / DEPEN / PF / PRF)
- Gerir ouvidoria (GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI)
- Promover a transparência, o acesso à informação e o controle social (GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI / AN)
- Prover assessoria parlamentar e federativa (AFEPAR)
- Prover assessoria internacional (ASINT)
- Gerir riscos, integridade e controle interno (AECI / FUNAI / CADE)
- Prover assessoria de assuntos legislativos (AEAL)
- Gerir políticas públicas (SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI)
- Gerir informações de custos (SE / PF)
- Gerir informação (SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI / SEGEN)
- Gerir transferências públicas (SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN)

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

- Gerir programação financeira (GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SEGEN / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI)
- Gerir contabilidade (SE / PF / PRF / FUNAI / DEPEN / CADE)
- Gerir emendas parlamentares (GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / AFEPAR / SEGEN)
- Gerir Orçamento (GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SEGEN / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI)

### GESTÃO DE PESSOAS

- Gerir atos de aposentadoria e pensões
- Gerir saúde e segurança ocupacional
- Gerir programa de estágio
- Gerir despesas de pessoal
- Gerir informação funcional
- Gerir o desenvolvimento humano organizacional (SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI)

### COMUNICAÇÃO

- Gerir comunicação institucional
- Promover a comunicação interna
- Gerir relacionamento com a imprensa

### GESTÃO DA LOGÍSTICA

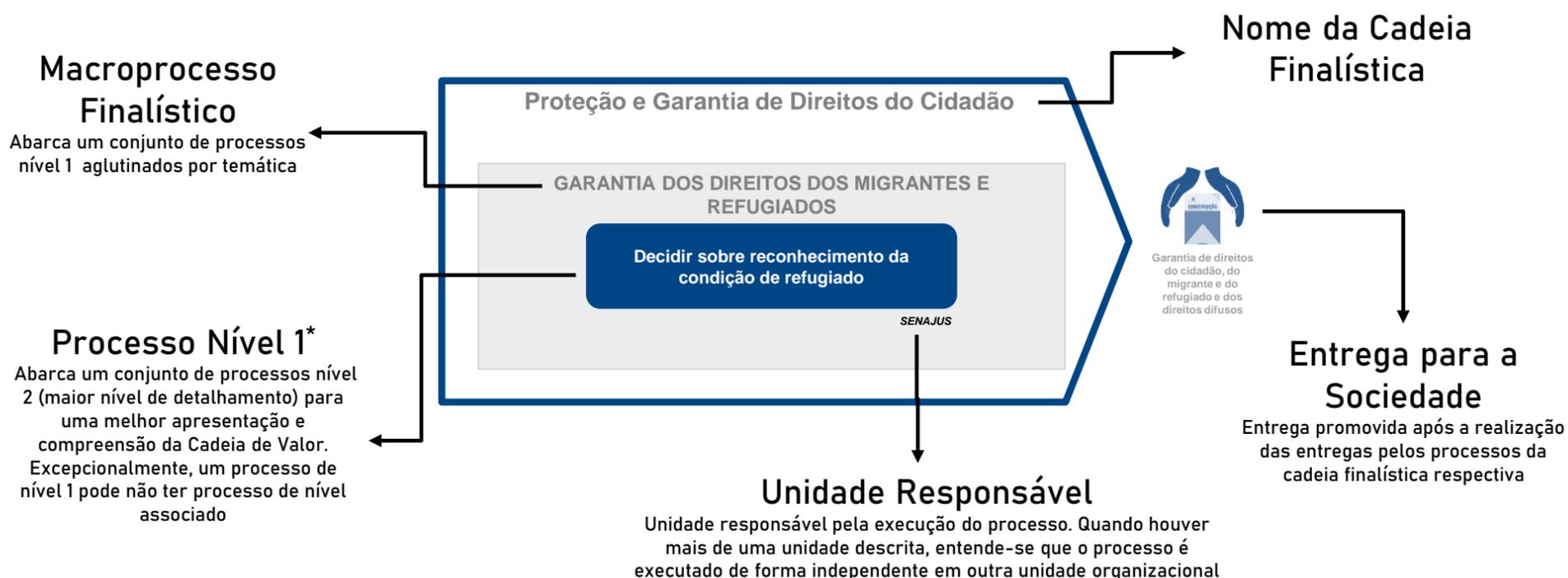
- Gerir contratos de aquisição de bens e de serviços (SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN)
- Gerir suprimentos (SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI)
- Gerir patrimônio (SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN)
- Gerir projetos de arquitetura e engenharia (SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI)
- Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores (SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN)

### GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

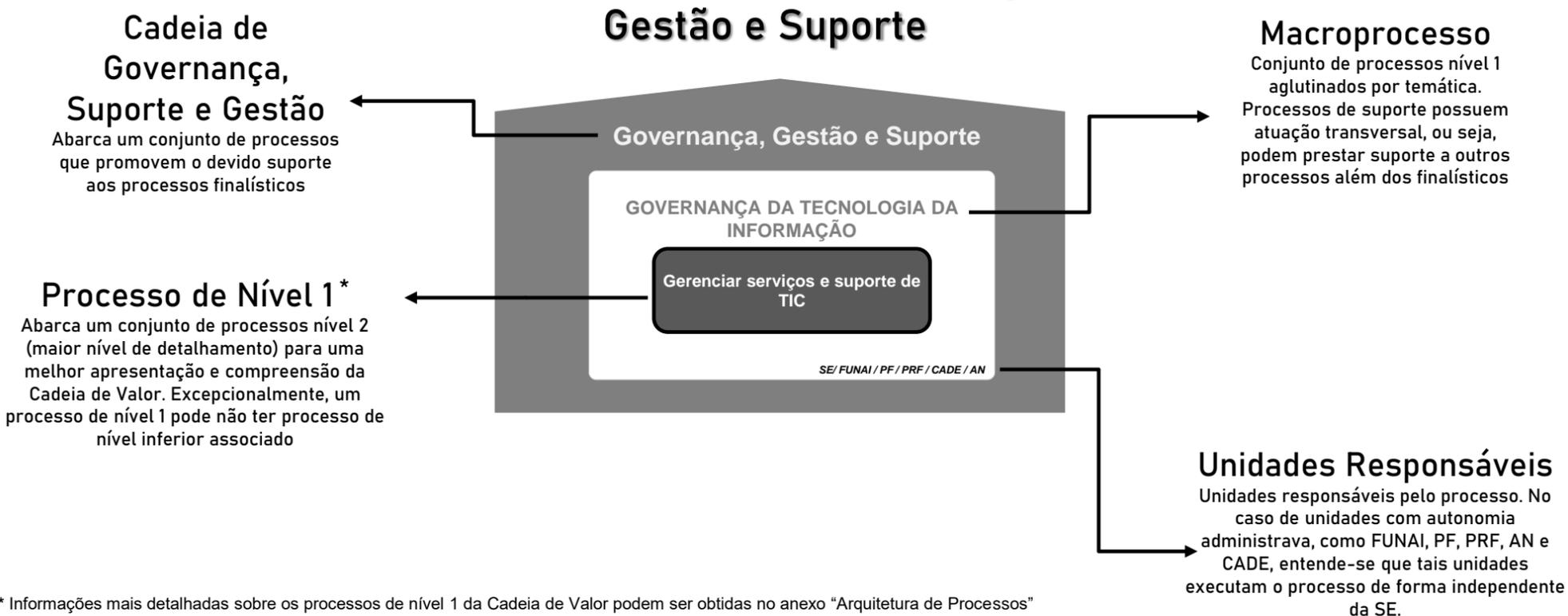
- Gerenciar soluções de TIC
- Gerenciar serviços e suporte de TIC
- Avallar gestão de TIC
- Gerenciar processos de TIC
- Prover governança de TIC (SE / FUNAI / PF / PRF / CADE / AN)

# GUIA: COMO LER ESTE MATERIAL

## Cadeia de Valor - Finalística



## Cadeia de Valor - Governança, Gestão e Suporte



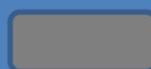
## LEGENDA



Cadeia de Valor Integrada



Processos Finalísticos



Processos de Governança, Gestão e Suporte



**Processos Estratégicos:** Trata-se de processo que possui vinculação com o Planejamento Estratégico, ciclo 2020-2023, especificamente em relação aos atributos "indicadores e projetos estratégicos".

## SIGLAS

AEAL - ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS  
AECI - ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO  
AFEPAR - ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES  
AN - ARQUIVO NACIONAL  
ASINT - ASSESSORIA INTERNACIONAL  
CADE - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA  
CFDD - CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS  
CONJUR - CONSULTORIA JURÍDICA  
COGER - CORREGEDORIA-GERAL  
DEPEN - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL  
ENCCLA - ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
GM - GABINETE DO MINISTRO  
MJSP - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
PF - POLÍCIA FEDERAL  
PRF - POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
SE - SECRETARIA-EXECUTIVA  
SEGEN - SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
SENAJUS - SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
SENACON - SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR  
SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
SENAD - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS  
SEOPI - SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS  
TIC - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO